



MANIFESTO DOS TRABALHADORES ELETRICITÁRIOS POR UM SETOR ELÉTRICO PÚBLICO, EFICIENTE E PARA TODOS.

Um breve histórico do passado recente

Na atualidade a energia elétrica é tão presente na vida das pessoas que seria inimaginável o mundo moderno sem ela. A eletricidade cumpre papel indispensável e insubstituível tanto no bem-estar da população quanto como insumo à grande maioria das atividades econômicas. Se há muitas dúvidas sobre quais serão as fontes de energia primária preponderantes no futuro, não se vislumbra a substituição do sistema elétrico por outro qualquer. Pelo contrário, a tendência atual é que o próprio setor de transportes, hoje majoritariamente baseado em combustíveis fósseis, torne-se cada vez mais dependente da energia elétrica, seja nos transportes coletivos (metrô, trem e ônibus elétricos) ou no transporte individual com o uso crescente de automóveis elétricos.

Justamente por ser tão essencial ao desenvolvimento, à qualidade de vida das pessoas e à segurança nacional, o setor elétrico não pode ser tratado como um setor econômico qualquer.

O Brasil se caracteriza por possuir abundância em recursos energéticos. Possuímos uma das maiores jazidas de petróleo descobertas nas últimas décadas, no Pré-sal, a quinta maior reserva comprovada de urânio do mundo e enorme potencial em energias renováveis, seja solar, eólica, biomassa ou hidráulica. Ao longo de décadas os brasileiros foram capazes de construir um dos maiores sistemas elétricos interligados do mundo e uma das matrizes energéticas mais renováveis do planeta, utilizando a energia barata proveniente de nosso potencial hidrelétrico como base.

Apesar de todas as vantagens comparativas, a partir dos anos 90, e no rastro das políticas neoliberais o setor elétrico brasileiro passou a ser laboratório de experimentação de fórmulas importadas de outras nações, que guardam pouca semelhança conosco. A reforma neoliberal implantada, principalmente nos governos FHC, promoveu uma mudança de paradigma e nosso setor elétrico deixou de ser guiado por uma estratégia de

desenvolvimento nacional, passando a ser, na prática, apenas mais uma fronteira para a reprodução do capital.

A mercantilização e a privatização prometiam atrair recursos da iniciativa privada para a expansão do sistema, aumentar os recursos para programas sociais por conta da diminuição do papel do estado em atividades econômicas, melhorar a eficiência das empresas e a concorrência levaria ao barateamento da energia para a população.

Não tardou para que as ilusões mercadológicas se despedaçassem ante a realidade e, já em 2001, o Brasil sofre os efeitos do chamado “apagão”. O capital privado não se interessou por investir em novos empreendimentos de geração e transmissão, preferindo ganhar dinheiro sem riscos nos processos de privatização, e como as empresas estatais estavam em processo de desestatização e impedidas de investir, o resultado não poderia ter sido outro: o maior racionamento de energia elétrica de um país em tempos de paz já registrado.

Com a chegada do presidente Lula ao governo, o Setor Elétrico Brasileiro passou por mudanças que corrigiram alguns dos mais flagrantes absurdos do fracassado modelo herdado de FHC. O estado voltou ao planejamento, o processo de privatização foi suspenso e as empresas estatais voltaram a investir.

É inegável que a reformulação implantada no governo Lula teve êxitos. Ao contrário do que ocorria no passado, com a volta do estado ao planejamento do setor e das empresas estatais na expansão do sistema, principalmente nas obras estruturantes, o Brasil se livrou do fantasma do “apagão”. Com a participação decisiva da Eletrobras e o financiamento do BNDES, importantes empreendimentos em geração e transmissão foram concretizados, como as usinas do Rio Madeira, a UHE Belo Monte, dentre outras.

Outro grande êxito foi a universalização da energia elétrica no Brasil. Em 13 anos de governos Lula e Dilma, mais de 15 milhões de Brasileiros saíram da escuridão e mais uma vez as empresas do grupo Eletrobrás tiveram papel decisivo, sobretudo no Nordeste e na Amazônia.

Um sistema mercantil disfuncional

A reforma neoliberal da era FHC teve por base dois processos gêmeos, a privatização e a mercantilização. A privatização pretendia acabar com monopólios estatais no setor, elevar a eficiência das empresas e incentivar os investimentos privados. Já a mercantilização era complementar à privatização e, com a energia sendo tratada como uma mercadoria qualquer, os novos agentes privados concorrerem entre si, levando ao barateamento do preço da energia para os consumidores.

Se os governos Lula/Dilma tiveram êxito em garantir a expansão do sistema e a universalização do acesso, o mesmo não ocorreu no quesito modicidade tarifária, pois a manutenção da lógica mercantil demonstrou sua completa disfuncionalidade, tendo o Brasil passado da condição de um país com energia barata e abundante para uma das tarifas mais caras do mundo, mesmo tendo como base a hidroeletricidade, fonte barata e renovável.

Cerca de 70% da energia elétrica consumida no Brasil é de origem hidráulica, com hidrelétricas em cascata compartilhando um bem comum que é a água que, aliás, é também compartilhada para muitos outros usos, como o abastecimento humano, abastecimento animal, irrigação, transportes, lazer e turismo. Além disso, a diversidade climática de um território continental como o Brasil levou o país a construir um gigantesco sistema interligado que transporta a energia excedente para regiões onde haja escassez, a depender das condições hidrológicas.

Um sistema como esse é basicamente um monopólio natural, pois administra um bem público e insubstituível que é a água. A tentativa de emular um mercado competitivo em um sistema com claras características cooperativas, como é o caso do Sistema Interligado Nacional (SIN), acabou por gerar uma série de desequilíbrios com inadimplências generalizadas, insegurança jurídica e outras distorções que, por fim, acabam sempre sendo repassadas aos consumidores via aumentos de tarifas.

Mesmo contando com a redução tarifária de cerca de 20% por conta da MP 579/2012, a tarifa de energia elétrica residencial brasileira já subiu em média quase 60% acima da inflação e a tarifa industrial subiu mais de 150% acima da inflação desde 1995. Essa contínua elevação do custo da energia tem provocado o deslocamento de importantes indústrias eletrointensivas do território nacional e ameaça jogar de volta às trevas milhões de brasileiros mais pobres pela simples incapacidade de pagar a conta de energia.

Diante desse cenário de insegurança, desorganização e carestia, a solução apontada pelo governo Temer é mais privatização, mais mercantilização, incremento da geração termoelétrica a combustíveis fósseis e a descotização das usinas já amortizadas, o que penalizará mais uma vez o consumidor brasileiro. A insensatez das medidas apontadas é tão flagrante que até mesmo a FIESP se pronunciou contra, por perceber claramente que essas propostas acarretariam ainda maiores aumentos de custos para o setor produtivo.

Diante da ameaça de radicalização da mercantilização do setor elétrico brasileiro, com a consequente transformação deste em um oligopólio privado, o movimento sindical eletricitário apresenta suas propostas de diretrizes básicas para um novo modelo para o Setor Elétrico Brasileiro.

Estamos trazendo esse manifesto para ser apresentado aos candidatos à Presidência da República por ter a convicção de que algo tão importante, tão presente e tão essencial à vida das pessoas e ao desenvolvimento nacional, como o setor elétrico, não pode ser

discutido e debatido apenas pelo mercado, ou por agentes do setor, interessados, sobretudo em aumento de seus lucros. Um novo modelo para o Setor Elétrico Brasileiro democrático, popular e que sirva como instrumento ao bem-estar do povo e ao desenvolvimento da nação deve contar com a contribuição dos trabalhadores do setor, da academia e da sociedade organizada como um todo.

Propostas para um modelo democrático e sustentável para o Setor Elétrico Brasileiro

- 1. Energia como um serviço Público:** A energia elétrica é bem essencial para a qualidade de vida do povo e para o desenvolvimento da nação, por isso não pode ser vista como mera mercadoria submetida à especulação;
- 2. Sistema Cooperativo ao invés de competitivo:** O sistema elétrico interligado brasileiro possui base hidráulica, que por características intrínsecas, funciona muito melhor de forma cooperativa, aproveitando complementariedades e sinergias, do que com hidrelétricas competindo umas com as outras pelo mesmo recurso natural, ou seja, a água. Deve-se também desenvolver o potencial nuclear brasileiro, como complemento termoelétrico firme, seguro e não emissor de gases de efeito estufa;
- 3. Valorização das energias renováveis:** O Brasil possui potencial hidrelétrico suficiente para mais do que dobrar sua capacidade instalada. Além disso, possui grande potencial eólico, em biomassa e solar. Entretanto, nos últimos anos tem crescido acentuadamente a participação da geração termoelétrica a combustíveis fósseis em nossa matriz, tornando-a mais suja e cara. É preciso, respeitando o meio ambiente e as populações afetadas, aproveitar nosso potencial hidrelétrico remanescente, pois a hidroeletricidade é energia limpa, renovável, barata e firme;
- 4. Benefício da amortização compartilhado entre a modicidade tarifária e o financiamento da expansão:** Os empreendimentos do setor elétrico, principalmente em geração hidrelétrica e transmissão, são intensivos em capital, e após seu período legal de concessão, estão completamente amortizados. É preciso aproveitar essa característica para beneficiar o consumidor com uma energia mais barata. Mas não se pode deixar as empresas sem capacidade para realizar novos investimentos. Por isso, é necessária a criação de um fundo a ser gerido pelas próprias empresas e vinculado à expansão do sistema;
- 5. Fortalecimento das empresas estatais, com foco na sustentabilidade e ação voltada aos projetos estruturantes:** Nenhum grande país do mundo prescinde da presença expressiva de empresas estatais no setor elétrico, pois somente por meio dessas empresas que o estado pode regular de fato o setor e realizar aqueles investimentos de maior risco, como grandes usinas hidrelétricas, ou em regiões de pouca atratividade econômica, como na Amazônia, por exemplo;

6. **Remuneração pelo custo e pela disponibilidade da usina:** O modelo mercantil não conseguiu mostrar sua eficiência na formação dos preços e o que se vê é um mercado cada vez mais desequilibrado. Por isso, a melhor alternativa é a remuneração da geração pelo custo, como já é feito com as distribuidoras e levando-se em conta a disponibilidade de cada usina, o que incentiva a eficiência operacional;
7. **Adoção do modelo de comprador único (Single Buyer):** Após mais de 20 anos da introdução da lógica mercantil no Setor Elétrico Brasileiro está mais do que claro que ela não conseguiu cumprir sua promessa de redução de preços. Pelo contrário, o que se vê são distorções e um mercado especulativo que sempre penaliza o consumidor. Por isso, é necessária a criação de um ente estatal que compre a energia dos produtores pelo preço de custo e a venda diretamente às distribuidoras de energia;
8. **Criação de um fundo nacional de equalização para beneficiar as empresas de distribuições de regiões sem viabilidade econômica:** Na maioria dos estados da Amazônia, o serviço de distribuição de energia elétrica simplesmente não é viável economicamente. A não ser com a prática de tarifas exorbitantes ou com péssima qualidade de fornecimento para comunidades carentes ou isoladas. Por isso é urgente a criação de um fundo que redistribua parte dos lucros das empresas de distribuição situadas nas regiões mais desenvolvidas para aquelas que atuam na Amazônia brasileira, fundo esse a ser administrado pela Eletrobras;
9. **Política de conteúdo nacional para a cadeia de GT&D:** Um país continental como o Brasil não pode desperdiçar a oportunidade de desenvolver uma poderosa cadeia industrial de produção de equipamentos de Geração, Transmissão e Distribuição (GT&D), utilizando para isso seu enorme mercado consumidor. Por isso deve haver uma política de incentivos à aquisição de equipamentos de fabricação nacional para o setor elétrico como um todo.
10. **Reversão de todas as privatizações, alterações no marco regulatório e nos estatutos sociais das empresas do grupo Eletrobras realizadas durante a vigência do atual governo:** Por não ter sido eleito pelo povo e por não ter apresentado ao escrutínio das urnas esse programa de governo privatista, o atual governo não possui legitimidade para promover essa verdadeira dilapidação do patrimônio público. Portanto, é necessária a anulação de todos os atos lesivos derivados do governo Temer, inclusive as privatizações, normas regulamentares do setor elétrico e alterações estatutárias das empresas do grupo Eletrobras que as submetem aos interesses mercadológicos de curto prazo em detrimento de seu papel como executoras de políticas públicas e de agentes do desenvolvimento nacional.